

(Tradução)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
PRIMEIRA PARTE – BALANÇO DAS ACÇÕES DO GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU REALIZADAS NO ANO 2007	3
1. Breve retrospectiva:	3
2. Experiências de governação.....	11
SEGUNDA PARTE – SÍNTESE DAS ACÇÕES GOVERNATIVAS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU PARA O ANO 2008	13
TERCEIRA PARTE – ANÁLISE DAS PRIORIDADES DA ACÇÃO GOVERNATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU PARA O ANO 2008	17
1. Consolidação dos alicerces económicos e impulsionamento da diversificação adequada da economia.....	17
(1) Tirar partido das vantagens singulares e impulsionar a diversificação adequada da economia.....	17
(2) Aprofundar a cooperação regional e conquistar a prosperidade para benefício de todos.....	21
(3) Prestar total apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas	22
(4) Encontrar uma solução apropriada para a questão de recursos humanos... ..	24
2. Empenho total na melhoria da vida da população e partilha justa dos frutos do desenvolvimento	26
(1) Encontrar rapidamente soluções para atenuar os problemas resultantes da procura de habitação	26
(2) Reordenar de forma integrada o trânsito rodoviário.....	27
(3) Impulsionar o planeamento urbano e o reordenamento dos bairros antigos.....	29
(4) Garantir a qualidade de vida e inovar o sistema de segurança social.....	30
3. Promoção do espírito humanista e aperfeiçoamento das iniciativas culturais.....	34
4. Concretização das promessas assumidas nas linhas de acção governativa e elevação da qualidade da governação.....	38
5. Promoção da participação popular e generalização do conceito de cidadania.....	42
CONCLUSÃO	46

**GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU
DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA
LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA
ANO FINANCEIRO DE 2008**

CHEFE DO EXECUTIVO HO HAU WAH
13 de Novembro de 2007

Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Legislativa,
Excelentíssimos Senhores Deputados:

INTRODUÇÃO

No decurso deste ano, a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) passou por invulgares provações. Com o apoio empenhado do Governo Central e contando com os esforços colectivos da população de Macau, a Região reflectiu profundamente sobre a conjuntura, tendo reorganizado e renovado ideias para continuar a caminhar sob a égide dos princípios “um País, dois sistemas” e “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia.

No próximo ano, o Governo, amadurecido pela valiosa experiência de governação, identificando-se sempre com as preocupações e os interesses da população e estimulado pelos resultados da sua participação, continuará a desenvolver as principais acções de governação em prol do bem-estar dos cidadãos. Iremos, dentro de um espírito científico, sujeitar sempre as nossas acções ao princípio fundamental “servir melhor a população”, para, em conjunto com todos, formarmos uma sociedade onde coexistem o desenvolvimento económico e a solidariedade humana e onde, gradualmente, se vai atingir a prosperidade global e a prosperidade sectorial, a riqueza material e a riqueza espiritual.

PRIMEIRA PARTE – BALANÇO DAS ACÇÕES DO GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU REALIZADAS NO ANO 2007

1. Breve retrospectiva:

Senhora Presidente e Senhores Deputados,

Permitam-me, agora, fazer um breve balanço das acções do Governo realizadas ao longo deste ano. Mais à frente, esta Assembleia poderá ouvir uma exposição mais detalhada sobre as acções de cada domínio, apresentada pelo Secretário da respectiva tutela.

No âmbito da Administração Pública, o Governo cumpriu a sua promessa em lançar o Programa da Reforma da Administração Pública de 2007 a 2009. Face à evolução das necessidades exigidas pela governação, empenhámo-nos na elevação da consciência do valor de integridade junto dos funcionários públicos, principalmente do pessoal dirigente e chefia.

Em resposta às necessidades e aspirações dos cidadãos, procedeu-se à integração dos serviços junto dos bairros, do serviço *One Stop* e dos serviços inter-departamentais, em determinados domínios, proporcionando à população serviços de melhor qualidade, mais expeditos e acessíveis.

Foram reforçadas as acções de avaliação de mérito, solidariedade e motivação dos funcionários públicos através da execução dos projectos de instalação de sites da *internet*, de criação de centros de formação, de implementação do regime de prémios, de incentivo à criatividade e de avaliação dos quadros qualificados.

No âmbito da reforma jurídica, o mecanismo central tem continuado a funcionar de acordo com o fim pelo qual foi estabelecido. O profissionalismo dos agentes envolvidos no processo da reforma foi reforçado e os trabalhos de consulta ao público foram intensificados. Em certas áreas, os trabalhos de

reforma foram centralizados, desenvolvidos e concluídos definitivamente, contribuindo para a garantia da qualidade e da eficiência de todo o processo.

No decurso deste ano, a economia manteve a tendência de crescimento a um ritmo relativamente acelerado. Assistiu-se a uma consolidação gradual do modelo de turismo integrado e as actividades económicas e comerciais registaram um grande dinamismo. Acompanhando o crescimento sustentado do sector do jogo e turismo, a estrutura económica continuou a ajustar-se à conjuntura do mercado, a indústria de convenções e exposições registou grandes avanços, assim como outros sectores de serviços conseguiram um desenvolvimento mais acelerado. As receitas fiscais do Governo foram satisfatórias, o sector financeiro manteve-se estável e saudável e as condições de exercício comercial foram aperfeiçoadas. As relações de cooperação no âmbito do comércio externo foram reforçadas e o papel de Macau enquanto plataforma de intermediação foi reconhecida pelo Mundo.

Congregámos os esforços dos diversos sectores para reforçar o apoio às pequenas e médias empresas locais, em termos de prestação de serviços, com vista a aumentar a sua competitividade. A taxa de desemprego manteve-se a um nível relativamente baixo e o valor médio dos salários conheceu uma significativa subida. A proposta de lei do Regime Geral das Relações de Trabalho é um diploma com implicações profundas nos direitos dos trabalhadores. Esta proposta foi já enviada à Assembleia Legislativa, para efeitos de apreciação. Iremos, em breve, entregar à Assembleia a proposta de lei dos Princípios Reguladores da Contratação de Trabalhadores Não-Residentes, como meio de reforçar a protecção dos direitos legítimos dos trabalhadores.

Aperfeiçoámos o mecanismo de prevenção e controlo de doenças infecciosas e o mecanismo de resposta em situações de calamidade e sinistros, reforçámos as acções de saúde pública e elevámos o nível dos serviços médicos.

Os estabelecimentos de ensino superior empenharam-se na melhoria da qualidade do ensino, apostando-se na formação de quadros qualificados

dotados de visão internacional, criatividade e elevadas qualidades humanas. A procura de acesso escolar local por estudantes vindos do exterior cresceu, assim como se registou um aumento de estudantes locais que optaram por prosseguir os estudos em Macau.

O Governo implementou o plano de escolaridade gratuita de 15 anos e optimizou os recursos humanos e as instalações físicas dos estabelecimentos do ensino básico. Organizámos cursos de formação profissional e lançámos acções de apoio aos professores com vista a aliviar a sua pressão de trabalho. Promovemos o plano de desenvolvimento integral dos jovens e acções de formação para generalizar os valores “amor pela Pátria e por Macau”. Criámos condições para os jovens poderem desenvolver as suas aptidões e elevar a sua criatividade.

O Governo, através do aumento, em tempo oportuno, dos valores de apoio económico e da atribuição atempada de subsídios especiais, reforçou a rede de segurança social no sentido de ajudar os grupos sociais mais fragilizados e motivá-los na auto-qualificação e auto-ajuda. O Governo desenvolveu esforços para controlar e prevenir o jogo compulsivo, promovendo um estilo de vida saudável e harmonioso.

Os eventos artísticos de prestígio foram bem recebidos e contribuíram para divulgar o nome de Macau. O Governo investiu na formação de talentos locais, no sentido de proporcionar-lhes mais oportunidades de desenvolvimento artístico e cultural. O Governo empenhou-se na protecção do “Centro Histórico de Macau”, promovendo o valor universal do Património Mundial. A melhoria dos serviços proporcionados foi reconhecida. Atribuímos maior atenção à conservação do património cultural.

Realizámos com grande êxito os 2os. Jogos Asiáticos em Recinto Coberto. Empenhámo-nos na divulgação e realizámos acções complementares dos Jogos Olímpicos de 2008, em Pequim. O Governo investiu no desenvolvimento simultâneo do desporto de competição e do desporto para todos, promovendo a prática desportiva junto da população, com vista a formar gradualmente uma

nova geração de atletas locais.

O Governo tem continuado a trabalhar na reorganização da rede rodoviária, procurando definir medidas para aumentar o número de lugares de estacionamento e apresentou uma versão aperfeiçoada do projecto de metro ligeiro. O Governo lançou diversas medidas para gerir, de forma integrada, os problemas de trânsito. As obras do Terminal Provisório da Taipa foram concluídas, assim como, continuam em curso as de expansão do aeroporto. As actividades de aviação civil registaram um crescimento contínuo e verificou-se uma diversificação do local de proveniência dos visitantes, em termos mais razoáveis.

O Governo investiu muitos esforços na elaboração de estudos sobre o planeamento urbano e iniciou os trabalhos de reordenamento dos bairros antigos. Aperfeiçoámos a metodologia de cálculo do prémio de concessão de terrenos, reforçámos a gestão dos terrenos e demos início ao projecto de construção de habitações sociais. Os serviços competentes estão a trabalhar em estreita colaboração com a Assembleia Legislativa, dando o seu contributo na análise sobre os Regimes de Concessões Públicas e de Terrenos desenvolvida pela Assembleia. Os resultados desses trabalhos são positivos.

O desenvolvimento dos sectores de telecomunicações, de ciência e tecnologia, de energia e de actividades portuárias tem sido promovido de acordo com as condições existentes. O Governo redobrou esforços nas acções de divulgação no âmbito da protecção ambiental, mantendo-se resolutivo em melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e elevar os parâmetros de modernização da cidade.

O Comissariado contra a Corrupção dedicou grandes esforços para promover o valor de integridade junto dos funcionários públicos e generalizar um ambiente social de honestidade junto da população. O Comissariado trabalhou afincadamente na investigação e na resolução de casos de corrupção, tendo contribuído activamente para o combate deste fenómeno pernicioso, o fortalecimento da integridade e a salvaguarda do Primado da Lei na RAEM.

O Comissariado da Auditoria investiu mais recursos na organização de cursos de formação específica. O Comissariado procedeu à revisão e aperfeiçoamento dos diplomas regulamentares sobre o seu funcionamento e estrutura orgânica. O Comissariado concluiu o trabalho de auditoria sobre projectos de grande importância, tendo acumulado experiências úteis para elevar a qualidade da sua intervenção.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Governo neste ano foram basicamente uma continuação dos trabalhos iniciados, mas representam também um ponto de partida para novos trabalhos. Todos esses esforços vêm a atestar uma verdade: desde o estabelecimento da RAEM, o Governo e a população têm-se mantido unidos, trabalhando em conjunto e com afinco para alcançar os objectivos delineados. Aproveito esta oportunidade para fazer uma retrospectiva do caminho percorrido nesses oito anos, a fim de ganharmos uma visão mais correcta do presente para melhor planear o futuro.

Entre 1999 e 2006, nesses sete anos, o Produto Interno Bruto *per capita* de Macau registou um crescimento superior a 100 por cento. A taxa de desemprego desceu dos 6,3 por cento para 3,8 por cento, tendo, recentemente, baixado para 3,1 por cento. O valor médio do rendimento mensal registou uma subida de 36,2 por cento. Comparando os números registados no segundo trimestre do ano 2007 com os valores do período homólogo de 2000, o crescimento foi de 63,5 por cento. As contas de poupança da população registaram uma subida de cerca de 100 por cento. Esses números confirmam, por si, que grande parte dos cidadãos de Macau assume um papel activo na construção da RAEM, dedicando grandes esforços para alcançar sucesso no plano profissional, em benefício próprio e das suas famílias.

Até Setembro de 2007, o programa “Carta de Qualidade” implementado desde o Retorno, abrangia 44 entidades públicas, oferecendo um total de 454 serviços ao público e 11 entidades públicas ofereciam 32 serviços sob o modelo *One Stop*. Essas reformas contribuíram para o aumento da eficiência da Administração Pública, bem como para a eliminação de muitas inconveniências e dificuldades sentidas desde há muito pelos utentes dos serviços públicos.

Calcula-se que, nesses últimos oito anos, o valor médio do subsídio de escolaridade gratuita atribuído a cada aluno do ensino não superior cresceu mais que o dobro. A partir do ano lectivo 2007/2008, a escolaridade gratuita, implementada de uma forma gradual em Macau, foi alargada para quinze anos. A plena concretização da escolaridade gratuita veio a garantir o direito à educação das nossas gerações vindouras, consolidando as bases de cultura fundamentais para o pleno progresso social.

Comparando os números de 1999 e 2006, o público de espectáculos e exposições realizados em Macau subiu de 760 mil para mais de 1 milhão e 700 mil, representando um crescimento que ultrapassa os 120 por cento; no mesmo período, o espólio bibliográfico das bibliotecas e salas de leitura de Macau passou dos 300 mil para 1 milhão e cem mil volumes, representando um crescimento superior a 230 por cento e o número de utentes passou de 610 mil para mais de 3 milhões e cem mil, correspondendo a um crescimento que ultrapassa os 400 por cento. Esses números reflectem o crescente interesse pela cultura em Macau e a população passou a tirar melhor proveito dos serviços e facilidades culturais aperfeiçoadas. Os cidadãos dispõem, hoje, de uma vivência cultural mais rica, a par de uma qualidade de vida material mais elevada.

Em Julho de 2005, o “Centro Histórico de Macau” – composto por mais de vinte edificações e largos – passou a constar da Lista do Património Mundial. Este acontecimento demonstra que o valor de Macau, enquanto património histórico do Mundo, só foi oficialmente reconhecido pela comunidade internacional após o estabelecimento da RAEM. De 2005 a 2007, nestes três anos, foram realizados com sucesso os 4os. Jogos da Ásia Oriental, os 1os. Jogos da Lusofonia e os 2os. Jogos Asiáticos em Recinto Coberto. Estes resultados vêm a demonstrar que Macau tem capacidade para organizar grandes eventos desportivos de nível internacional e a sua população está preparada para acolher iniciativas desta dimensão.

Desde o estabelecimento da RAEM, as medidas e políticas de solidariedade social têm conhecido um incremento contínuo. Mesmo nos períodos de maior dificuldade económica, os meios que investimos nesta área nunca foram reduzidos. Comparando com os valores de 1999, no ano de 2006, o valor das pensões sociais atribuídas pelo Fundo de Segurança Social passou de 141 milhões de patacas para mais de 259 milhões de patacas, correspondendo a um aumento superior a 83 por cento. Desde 2003, ano em que foi lançado em colaboração com instituições particulares o Projecto Piloto da Rede de Apoio a Famílias Monoparentais, até a presente data, 1032 casos de pedido de apoio foram acompanhados e atendidos. Em 2005, para além das pensões de velhice e dos serviços prestados à terceira idade já existentes, foi criado o “Subsídio para Idosos”. Nestes últimos anos não temos deixado de aumentar o investimento de recursos nos serviços médicos. Temos continuado a alargar o âmbito dos serviços sociais. Estes dados vieram a provar que, desde o estabelecimento da RAEM, a população em geral, especialmente as camadas mais vulneráveis, tem sido sempre objecto de uma protecção prioritária em tempo atempada.

O que acabei de descrever são apenas alguns pontos que testemunham o sucesso alcançado pela RAEM, fora de outros dados que já são do conhecimento geral. Todavia, o significado que revestem é de suma importância, pois, servem para realçar o invulgar percurso e a nova conjuntura da RAEM: a debilitada situação económica vivida antes do Retorno e que se prolongou por mais de uma década, foi definitivamente afastada e substituída por um ambiente de prosperidade, colocando Macau no topo da lista das cidades turísticas de nível internacional; uma maior oferta de emprego veio a eliminar a alta taxa de desemprego, podendo a população, na sua maioria, optar pela profissão mais desejada e auferir salários mais altos, condições estas que elevaram a sua qualidade de vida. Os jovens de Macau passaram a dispor de mais oportunidades para ingressar em empresas modernas e adquirir conhecimentos avançados de gestão, contribuindo para a expansão dos seus horizontes e a consolidação da sua formação profissional. A plena implementação da escolaridade gratuita de 15 anos, a constante redução de impostos e de taxas ao longo dos anos e o reforço dos diversos benefícios

sociais atenuaram a pressão do custo de vida sobre a população, sobretudo das camadas mais fragilizadas. A racionalização e a humanização no funcionamento das entidades públicas contribuíram para uma prestação de serviços à população mais justa e eficaz. Na altura em que a pneumonia atípica ameaçava transformar-se numa epidemia à escala mundial, com o esforço de todos os sectores sociais, em especial com a dedicação de médicos e enfermeiras, o Governo, unido à sua população, conseguiu fazer face a esta ameaça que punha em risco a saúde dos cidadãos. Trabalhando em conjunto, conseguimos também superar as dificuldades económicas que surgiram logo após a ameaça da pneumonia atípica. A Ilha da Taipa desenvolveu-se de forma acelerada, passando a constituir uma comunidade urbana com características de cidade satélite, dotada de uma vasta gama de infra-estruturas característica de uma sociedade moderna. A boa segurança registada em Macau afastou para longe os dias de grande instabilidade e pânico; a sociedade, assente no respeito pelo Primado da Lei, mantém-se tranquila e harmoniosa, proporcionando um ambiente seguro e de ordem para os cidadãos cultivarem as suas aspirações e gozarem os seus direitos.

No passado, nunca tínhamos imaginado que o desenvolvimento da RAEM viesse a alcançar êxitos desta dimensão. Esses resultados foram conseguidos graças à actualidade do princípio “um País, dois sistemas”, ao apoio do Governo Central e ao empenho de toda a população. Esses êxitos não só contribuíram para resolver a situação precária da economia e os problemas de segurança na sociedade registados antes do estabelecimento da RAEM, não só fizeram nascer muitas novas oportunidades para Macau, como também, passaram a constituir uma força motivadora que abriu perspectivas para o desenvolvimento sustentável de Macau. Esses êxitos vieram a mostrar que as nossas ideias sobre o desenvolvimento e medidas concebidas para o alcançar, são aceites e merecedoras de confiança das pessoas, têm um valor duradouro e constituem o caminho correcto para alcançar o bem-estar e a prosperidade de todos, a tranquilidade e a segurança da sociedade.

As experiências vividas pela RAEM nesses oito anos são valiosas referências para as suas acções no presente e no futuro. É preciso realçar aqui que muitos êxitos alcançados pela RAEM foram conseguidos depois de os problemas e conflitos resultantes do processo da evolução social terem atraído a atenção da população e do Governo e sido resolvidos pelos mesmos, em conjugação de esforços. Fica, assim, demonstrado que o progresso e o desenvolvimento da RAEM contribuíram para a resolução dos problemas sociais existentes. No entanto, há que reconhecer que o progresso e o desenvolvimento também, inevitavelmente, fizeram emergir novos problemas. Muitos desses problemas, objectivamente, não eram previsíveis, e por isso, dificilmente pudemos tomar as devidas medidas preventivas; outros eram de natureza circunstancial, mas há ainda aqueles que irão durar por mais algum tempo. Devemos ter a consciência de que os problemas podem ser alastrados ou acumulados, e que a nossa experiência é ainda insuficiente. Pois só assim, é que teremos capacidade para os identificar de forma correcta e procurar resolvê-los, pagando o preço necessário. Devo, pois, aqui afirmar que a resolução dos problemas não só é possível como é certa. Esses oito anos de experiência governativa provaram a verdade desta afirmação que continuará válida no futuro. Amanhã a RAEM terá que enfrentar muitas outras provações, e neste percurso, ela estará preparada para fazer maiores esforços com vista a alcançar um desenvolvimento sustentável e harmonioso.

2. Experiências de governação

O desenvolvimento da economia tem sido sempre uma das prioridades do Governo da RAEM desde o seu estabelecimento, porque o nosso objectivo é inverter a situação débil da economia vivida no período logo após o Retorno, e ao mesmo tempo, impulsionar o crescimento económico e a prosperidade de Macau. Esta estratégia e linha de orientação das nossas acções foram concebidas tendo em conta a conjuntura social e sustentada por uma ampla base de apoio popular. Todavia, no decurso da sua implementação, o facto de não termos conseguido aproveitar plenamente certos factores fundamentais, tanto objectivos como subjectivos, criou uma situação de desequilíbrio e de desarticulação entre o desenvolvimento económico e o desenvolvimento de

outros sectores e fez com que o desenvolvimento da economia se concentrasse num segmento estreito, carecendo de um maior grau de diversificação.

Através dessas experiências, ficámos a saber que, quando surgem oportunidades únicas de desenvolvimento, também os desafios são únicos. Há mesmo situações em que os desafios antecedem as oportunidades, portanto, para se conseguir a concretização das oportunidades, há que em primeiro lugar vencer os desafios. De facto, o crescimento da economia pode proporcionar condições para vencer os desafios. Todavia, essas condições só poderão produzir os efeitos desejados, caso sejam combinadas com outros factores e haja vontade para agir.

Macau é uma sociedade com características algo tradicionais, com uma capacidade de adaptação limitada. O rápido processo de reconversão e modernização provocou a colisão de valores modernos com os valores tradicionais num mesmo espaço e sedimentou aí, dentro de um curto período de tempo, conflitos sociais. Subestimámos a gravidade do problema e as acções de prevenção desenvolvidas foram insuficientes. Habitámos-nos, durante muito tempo, a actuar rotineiramente de acordo com os procedimentos legais, razão pela qual, não fomos capazes de atempadamente nos ajustar às circunstâncias, de modo a criar defesas para prevenir desvios do comportamento humano face às exigências no domínio do Direito, das relações éticas e da operacionalidade das acções do Governo. Não tivemos capacidade para analisar a conjuntura de forma científica. As consequências profundas desta insuficiência serviram-nos de lição, com implicações na eficácia governativa e na promoção do valor da integridade. Para além disso, não tivemos capacidade para assegurar que a nossa gestão passasse do mero plano de execução técnica para o plano político, procurando resolver questões políticas de grande complexidade através de intervenções de carácter técnico. O resultado desta evolução é que, a agravação de diferentes conflitos e problemas resultou num processo semelhante ao efeito de “bola de neve”, com consequências relevantes para o Governo e a sociedade. Tudo isto vem a revelar que tivemos pouca capacidade para acompanhar o processo de evolução da sociedade e com antecipação, adoptar medidas eficazes para colmatar problemas. Temos ainda margem para melhorar a nossa

actuação.

A experiência veio a demonstrar que as acções poderão atingir os objectivos para os quais foram concebidas, desde que saibamos identificarmos com as preocupações dos cidadãos, dedicando maior atenção às suas necessidades, e desde que saibamos aumentar a transparência das nossas políticas através de uma melhor interacção entre o Governo e a população, consolidando a base de confiança mútua.

Iremos continuar a reflectir sobre as profundas implicações desta experiência, tirando dela conclusões úteis para superar sucessivamente os diversos obstáculos, tanto objectivos como subjectivos, e para introduzir melhorias nas futuras acções de governação.

SEGUNDA PARTE – SÍNTESE DAS ACÇÕES GOVERNATIVAS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU PARA O ANO 2008

Ao longo destes anos, o desenvolvimento de Macau tem sido a preocupação principal da sociedade, despertando no Governo uma reflexão profunda sobre esta questão de interesse fulcral para a RAEM. Como tenho reiterado recentemente, a prioridade da acção governativa está centrada no desenvolvimento da economia e na melhoria das condições de vida da população. Essas duas componentes, interdependentes entre si, constituem um objecto de atenção central da nossa acção governativa. As condições de vida só conhecerão uma melhoria constante para garantir o bem-estar da população, enquanto a economia continuar a crescer; a sociedade só se manterá estável e harmoniosa para proporcionar condições sociais necessárias para a obtenção de novos êxitos pela RAEM, quando a vida da população for melhorada de forma contínua. De facto, a elevação da qualidade de vida da população tem sido desde sempre uma das prioridades políticas do Governo. A par de desenvolver a economia e de melhorar a vida da população, o Governo não deixará de envidar mais esforços para impulsionar o desenvolvimento coordenado e sustentável de Macau, com base em critérios científicos.

Iremos continuar a investir na promoção da reforma administrativa e da reforma jurídica. Pretendemos associar essas reformas com o desenvolvimento da economia e a melhoria da vida dos cidadãos. Iremos promover essas reformas de forma mais científica e humana, porque entendemos que este processo contribui para nós termos as bases para construir uma sociedade com elevado grau de consciência cívica e de respeito pelo Primado da Lei.

O Governo da RAEM irá, igualmente, atribuir grande atenção à qualidade das actividades económicas e à sua sustentabilidade. Iremos melhorar continuamente as condições de investimento, investir esforços redobrados para a concretização de um maior grau de diversificação das indústrias e acelerar o aperfeiçoamento da estrutura industrial. O Governo irá continuar a empenhar-se no apoio às pequenas e médias empresas e proteger o direito ao emprego dos trabalhadores.

O Governo irá investir maiores energias para assegurar uma partilha justa dos frutos do crescimento económico. Iremos apoiar os cidadãos na melhoria das suas condições de vida e auxiliar as camadas mais fragilizadas. A educação e a formação constituem uma prioridade no plano das acções do Governo. Deste modo, o Governo irá empenhar-se na elevação da qualidade e da competitividade das gentes de Macau, impulsionando o seu progresso em sintonia com os tempos, de modo a não fracassarem no processo de concorrência global que hoje se vive. O Governo irá adoptar medidas inovadoras para reforçar os canais de consulta que se tenham mostrado eficazes, alargar as plataformas de expressão de opinião e estimular a participação dos cidadãos, com vista a congregar os esforços de toda a população para a realização de uma meta: o desenvolvimento coordenado e sustentável de Macau e o sucesso na concretização do princípio “um País, dois sistemas” na RAEM.

Tirando proveito da situação financeira folgada da RAEM, o Governo irá acelerar os trabalhos do aperfeiçoamento do Regime de Administração Financeira Pública. O Governo decidiu estabelecer uma reserva financeira, no sentido de melhor responder às contingências. O Governo irá, também,

aperfeiçoar a legislação do mercado financeiro e as infra-estruturas financeiras existentes, reforçar a sua gestão e prevenir e combater vigorosamente as actividades de branqueamento de capitais, com vista a assegurar a ordem e a segurança do sector financeiro.

Em articulação com a política assente nos valores científicos, o Governo irá reforçar os trabalhos de produção estatística, elevar a sua qualidade, aperfeiçoar o sistema de indicadores estatísticos e intensificar a troca de informações entre regiões, com vista a garantir que reflectam a evolução do desenvolvimento económico com maior rigor e em tempo oportuno.

De acordo com as exigências específicas de cada sector, iremos, de forma adequada, reforçar as medidas e os meios de actuação no mercado e promover uma abordagem humana na resolução dos problemas, com vista a elevar a qualidade de vida da população, como forma de atenuar os diferentes problemas sociais. Deste modo, os cidadãos poderão criar e partilhar os frutos do desenvolvimento social, dentro de um ambiente de paz espiritual.

A par dos trabalhos de formação de talentos desportivos locais, o Governo, fazendo pleno uso das infra-estruturas desportivas, irá impulsionar, com toda a força, a participação dos cidadãos na prática do desporto, com vista a melhorar a sua saúde física.

O Governo irá investir grande empenho na elevação do nível dos cuidados de saúde. Iremos aumentar as nossas capacidades de resposta em casos de emergência e de prevenção e controlo no âmbito da saúde pública. Iremos integrar os recursos de saúde de natureza pública e privada para promover cuidados de saúde junto dos bairros comunitários, como forma de assegurar a saúde física e espiritual dos cidadãos.

Em resposta à complexidade do processo de desenvolvimento social, as Forças de Segurança Pública irão reforçar o sentido de alerta e a coesão interna. Iremos aperfeiçoar a qualidade e a gestão do pessoal, potenciar o sistema de informações, acelerar a modernização dos equipamentos, assim como estreitar

as relações de cooperação especializada com o Interior da China, regiões vizinhas e a nível internacional, por forma a edificar um sistema de segurança que combine as componentes de prevenção e de combate. Para fazer face ao aumento da circulação de pessoas e bens nas fronteiras, o Governo irá acelerar os trabalhos de expansão dos postos fronteiriços e melhorar os respectivos serviços.

No domínio da protecção ambiental, a integração dos vectores de crescimento económico e de progresso social é uma responsabilidade da Humanidade e constitui uma componente fundamental da estratégia do desenvolvimento sustentável da RAEM. Os serviços responsáveis pela protecção do ambiente, após efectuado o reajustamento funcional, irão reforçar os trabalhos referentes à produção legislativa, à execução das leis, à divulgação e ao controlo da poluição. Iremos, ainda, em conjugação de esforços com este sector e toda a população, desenvolver acções para proteger a nossa terra, procurando assegurar a harmonia entre o Homem e a Natureza, de modo a elevar a nossa qualidade de vida.

A energia e os recursos hídricos, para além de serem um tema de preocupação da comunidade internacional, são também questões concretas que as gentes de Macau necessitam de enfrentar. Enquanto Região Especial, nós obtivemos apoio das autoridades do Estado que nos têm garantido, desde sempre, o fornecimento de energia e água. Porém, devemos estar cientes de que Macau carece de recursos naturais, e que existe, de facto, um desequilíbrio entre a procura de recursos para o nosso desenvolvimento sustentável e a oferta desses recursos. O drama de salinidade da água vivido nos últimos dois anos deve ter despertado a nossa atenção para efectuar uma reflexão séria sobre esta questão. O Governo da RAEM irá articular as suas acções com as medidas das autoridades centrais, por forma a poder responder às necessidades reais. Iremos promover acções de sensibilização junto da população para a importância da poupança de energia e de água, de modo a generalizar a consciência de que todos temos a responsabilidade de cumprir as nossas obrigações, em prol do desenvolvimento sustentável do nosso País e de Macau.

TERCEIRA PARTE – ANÁLISE DAS PRIORIDADES DA ACÇÃO GOVERNATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU PARA O ANO 2008

1. Consolidação dos alicerces económicos e impulsionamento da diversificação adequada da economia

(1) Tirar partido das vantagens singulares e impulsionar a diversificação adequada da economia

Sob os princípios orientadores e com as oportunidades proporcionadas pelo 11º Plano Quinquenal do nosso País, no próximo ano, o Governo da RAEM, atendendo às realidades de Macau, irá empenhar-se na diversificação da indústria de turismo e no reforço do papel de Macau enquanto plataforma comercial, impulsionando o crescimento dos sectores de prestação de serviços conexos, contribuindo, assim, para a reconversão da indústria transformadora tradicional em Macau. É este o caminho correcto para acelerar o processo da diversificação adequada da economia local.

Face às realidades resultantes da rápida globalização e do desenvolvimento acelerado do País, a estratégia de desenvolvimento da RAEM consiste em tirar partido e reforçar as nossas vantagens resultantes de uma indústria de turismo diversificada e o nosso papel enquanto plataforma comercial com capacidade para integrar outros sectores capazes de estimular a competitividade. Só assim é que poderemos evitar sermos marginalizados pelo processo do crescimento regional, alcançando gradualmente uma diversificação adequada da economia, em prol do desenvolvimento sustentável de Macau.

Para tirar partido da tendência de crescimento do sector de turismo, é importante empenhar-se na preservação e melhoria da qualidade do serviço prestado. O Governo, em cooperação com o sector, irá desenvolver, otimizar e integrar todos os recursos turísticos de Macau, redefinindo as estratégias de *marketing* e melhorando a qualidade de gestão desta indústria. Iremos proteger os direitos legítimos dos consumidores e promover a cooperação regional na área turística para consolidar junto da comunidade internacional a nossa

imagem enquanto destino turístico multifacetado de qualidade. Iremos investir mais esforços no desenvolvimento e divulgação das potencialidades turísticas de valor humano resultantes do estatuto de Património Mundial de Macau, apoiando e encorajando as associações locais a promover a celebração de costumes e festividades tradicionais. Iremos organizar eventos e acções artísticas para gradualmente, transformar Macau numa “cidade de turismo cultural”. A par de prosseguirmos a política de atrair mais turistas provenientes dos principais mercados dos territórios e regiões circundantes, iremos apostar na diversificação de mercados, reforçando a promoção de Macau noutros segmentos de mercado prioritários do Mundo.

O sector do jogo, que é um dos pilares da indústria de turismo integrado, está a entrar num novo patamar de crescimento. Porém, temos que estar atentos aos desafios decorrentes do crescimento rápido do sector do jogo noutras regiões da Ásia. No passado, a exploração do jogo em Macau foi concessionada em regime de exploração exclusiva, razão pela qual, face aos desafios da liberalização do jogo, o Governo ainda tem, nas condições actuais, margem para acumular mais experiências de gestão deste sector.

Para fazer face às oportunidades e desafios com que nos debatemos nesta fase, o Governo da RAEM irá, nos próximos dois anos, empenhar-se em acções de análise e estudo contínuo e aprofundado no âmbito da indústria do jogo, especialmente quanto à discussão em torno da temática do modelo de desenvolvimento deste sector e o regime de certificação dos profissionais do ramo do jogo, entre outras. Além disso, o Governo irá reforçar a gestão do sector do jogo. Iremos ser muito mais exigentes em relação às empresas que exploram o jogo, impulsionando o desenvolvimento saudável deste sector, em articulação com outros sectores da RAEM. Além de assimilar experiências positivas, métodos e técnicas de gestão dos países mais avançados, o Governo irá dar prioridade ao aperfeiçoamento da legislação reguladora do sector de jogos e o sistema da sua gestão e fiscalização. Assim, com a modernização da gestão do sector do jogo, o Governo poderá proporcionar-lhe um enquadramento institucional favorável a uma prestação de serviços especializada, rumo a um desenvolvimento saudável e sustentável.

O desenvolvimento saudável da indústria de turismo integrado depende também da articulação deste sector com outros sectores, razão pela qual, encorajamos a convergência de esforços para assegurar uma oferta de serviços mais diversificada. Este sector pode associar-se a outras áreas conexas, designadamente a ocupação de tempos livres e férias, visitas turísticas, compras, entre outras. A par disso, o Governo da RAEM irá tomar medidas eficazes de intervenção financeira, nomeadamente, o aperfeiçoamento do regime de incentivos fiscais, a revisão do regime de bonificação de juros e a simplificação dos requisitos de candidatura, para que mais sectores possam beneficiar das facilidades oferecidas e todos os sectores de prestação de serviços possam obter o apoio do Governo para o seu desenvolvimento.

As autoridades centrais têm prestado um apoio empenhado ao desenvolvimento económico de Macau, impulsionando o aprofundamento das medidas no âmbito do CEPA e outras políticas de apoio. O Governo da RAEM irá reforçar a divulgação das medidas do CEPA, criando condições para que as pequenas e médias empresas possam agarrar todas as oportunidades decorrentes deste Acordo, contribuindo para a diversificação adequada da indústria local. O Governo irá potenciar o efeito positivo da entrada em funcionamento do Parque Industrial Transfronteiriço, para promover a reconversão industrial e a optimização da estrutura da indústria local, consolidando, assim, os alicerces do desenvolvimento equilibrado e estável, a longo prazo, de Macau.

A melhoria nas infra-estruturas físicas e a elevação da qualificação dos recursos humanos contribuem para o crescimento das potencialidades de desenvolvimento do sector de convenções e exposições. O Governo e o sector manter-se-ão empenhados na transformação efectiva deste ramo de actividade num novo agente catalizador de prosperidade, capaz de oferecer novas oportunidades às pequenas e médias empresas e cidadãos para o seu desenvolvimento empresarial ou profissional. Iremos investir na optimização da estrutura da indústria local, impulsionando o desenvolvimento do sector de logística e os demais ramos de actividade conexas. Neste contexto, iremos estimular a participação das empresas locais em exposições e nas acções de

formação de quadros qualificados. Iremos reforçar a cooperação deste sector entre Macau e o Interior da China, impulsionando a cooperação regional para alcançar benefícios mútuos. O Governo irá aperfeiçoar os mecanismos de coordenação para prestar serviços e apoio de melhor qualidade. Iremos também promover a organização em Macau de exposições de projecção internacional e convenções e exposições de qualidade com características singulares, fomentando a articulação do sector de convenções e exposições com o sector de turismo e outros ramos de actividade conexos, para uma melhor divulgação de Macau como plataforma de serviços relacionados com convenções e exposições.

Tendo em conta as aspirações das pessoas e os consensos estabelecidos no seio da sociedade, o Governo, depois de analisar as tendências evolutivas das indústrias de outros países e aproveitando os resultados de vários estudos, decidiu investir, no próximo ano, mais esforços no apoio e promoção da indústria cultural. Iremos elaborar estudos estratégicos para o desenvolvimento da indústria cultural de Macau, promovendo acções de formação de quadros qualificados indispensáveis para o desenvolvimento deste sector e estudando a elaboração de medidas de apoio adequadas. Para promover a indústria cultural em Macau, é preciso em primeiro lugar clarificar o que cabe ao Governo fazer e o que deve ser feito pela sociedade. Devemos tirar partido das nossas vantagens singulares e assimilar elementos de excelência do exterior, desenvolvendo as potencialidades comerciais desta indústria. Encorajamos, portanto, as pequenas e médias empresas culturais de Macau a explorar novos projectos culturais, conceber e criar produtos culturais revestidos de características de Macau. Com as condições favoráveis proporcionadas pelo Bairro de São Lázaro, iremos transformá-lo numa zona experimental pioneira de desenvolvimento da indústria cultural. Além disso, o Governo irá dar grande apoio às associações e estabelecimentos de restauração conhecidos pelas características singulares da sua cozinha, ajudando-os a desenvolver as suas iniciativas inovadoras, com vista a potenciar a divulgação da cultura gastronómica de Macau.

A política de diversificação adequada da economia local reúne um amplo consenso social. No entanto, a sua concretização exige alguma margem temporal. Nesta fase em que estamos empenhados em lançar as sementes de desenvolvimento, temos a obrigação de conjugar a visão estratégica com uma atitude pragmática, no sentido de juntar os esforços do Governo, das empresas e dos trabalhadores para formar as forças necessárias com vista à realização do programa delineado.

(2) Aprofundar a cooperação regional e conquistar a prosperidade para benefício de todos

É estratégia do Governo da RAEM participar, activamente, na cooperação regional e potenciar o nosso papel enquanto plataforma de serviços comerciais, com vista a impulsionar a diversificação adequada da indústria local. Com os esforços envidados ao longo destes anos, à medida que a imagem de marca da nossa cidade está sendo consolidada e a nossa competitividade económica melhorada em termos gerais, pode-se afirmar que já reunimos melhores condições para prestarmos serviços a todos os parceiros desta região.

Com base nas experiências obtidas no âmbito da cooperação regional ao longo dos anos, iremos intensificar, no próximo ano, a cooperação com o Interior da China, especialmente a Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, com ênfase na melhoria da eficácia da cooperação com as Províncias de Guandong e Fujian e a Cidade de Chongqing. Em estreita articulação com o Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, iremos trabalhar para consolidar o nosso estatuto de plataforma de cooperação económica e comercial. Iremos investir no intercâmbio e cooperação económica com os países membros da União Europeia e da ASEAN. Além disso, iremos reforçar o nosso papel enquanto plataforma para impulsionar a cooperação entre diferentes regiões. O Fórum Internacional de Macau para a Cooperação e o Desenvolvimento das Indústrias de Protecção Ambiental, a ter lugar no próximo ano, contribuirá para o estabelecimento de parcerias de complementariedade benéficas para todas as partes, entre Macau, a Região do Grande Delta do Rio das Pérolas e a União Europeia, no domínio das indústrias

de protecção ambiental.

No processo de cooperação regional, a participação activa do empresariado local é muito apreciada e apoiada. O desenvolvimento dinâmico do País é uma oportunidade de ouro que os empresários de Macau devem agarrar no momento certo, razão pela qual, o Governo compromete-se a proporcionar-lhes todas as facilidades para investirem no mercado do Interior da China. Também encorajamos o estabelecimento de parceria entre as pequenas e médias empresas de Macau e do Interior da China para investirem em Macau ou procurarem novas oportunidades no exterior, alcançando novos êxitos através da cooperação regional.

A cooperação regional, aprofundada ao longo do tempo, já passou do domínio meramente económico e comercial para se chegar a um patamar mais elevado de integração, facilitando a vida da população e contribuindo para a dinâmica do desenvolvimento sustentável de Macau. O Governo e a sociedade devem participar e contribuir, activamente, para a implementação das medidas de cooperação regional, adoptando uma postura estratégica de maior abertura e com a devida consideração dos interesses globais, para assegurar que o fruto das relações de parceria possa ser usufruído por todos.

(3) Prestar total apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas

As pequenas e médias empresas constituem elementos essenciais do tecido económico. O seu crescimento é um factor decisivo para garantir o desenvolvimento saudável da economia local. Neste contexto, uma diversificação adequada é favorável para a criação de novos postos de trabalho e a garantia da estabilidade e prosperidade da sociedade. Assim, o Governo tem atribuído grande importância às pequenas e médias empresas, investindo no seu desenvolvimento sustentável.

Com a recuperação global da economia da RAEM, o sector comercial local mantém-se empenhado na conquista de novos espaços de desenvolvimento. Ao longo destes anos, muitas pequenas e médias empresas

souberam agarrar todas as oportunidades para alcançar novos êxitos. No entanto, devido a razões de ordem subjectiva e objectiva, uma parte significativa de empresas continua a enfrentar crescentes dificuldades, razão pela qual, o Governo irá tomar medidas de apoio específicas para a resolução das suas dificuldades mais prementes.

Para fazer face à carência de mão-de-obra com que as pequenas e médias empresas se debatem, o Governo irá investir todos os esforços em acções de formação e colocação profissional de trabalhadores. Iremos aperfeiçoar o mecanismo de recrutamento de trabalhadores não-residentes e o processo de apreciação de pedidos, elevando a eficiência deste processo. Iremos aperfeiçoar e rever os planos de financiamento, no sentido de ajudar as pequenas e médias empresas na obtenção de crédito e na melhoria, reconversão e qualificação das suas actividades. Iremos acelerar a análise e revisão dos diplomas legislativos que dificultam o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, nomeadamente a revisão dos regimes de incentivos fiscais e bonificação de juros, no sentido de diminuir os custos de exploração das empresas. Aproveitando a dinâmica resultante do projecto de reordenamento dos bairros antigos, iremos proporcionar às pequenas e médias empresas um melhor espaço para as suas actividades. Iremos apoiá-las no aperfeiçoamento dos seus sistemas de gestão e obter as certificações internacionais de gestão. Encorajamos a sua participação em cursos de formação de técnicas de gestão e capacidades profissionais, impulsionando a sua inovação tecnológica e técnica, no sentido de elevar a sua competitividade. Iremos reforçar as competências atribuídas ao Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas para prestar serviços de qualidade a essas empresas, prestando-lhes apoio na inovação e divulgação das marcas de Macau e na conquista de novos mercados no Interior da China e no exterior. O Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas irá reforçar o seu papel enquanto plataforma de comunicação, para que as pequenas e médias empresas possam fazer chegar, oportunamente, as suas aspirações e preocupações ao Governo. O Governo irá reforçar a cooperação com as associações para promover iniciativas de apoio mais aptas a satisfazer as necessidades das pequenas e médias empresas.

As mutações conjunturais são parte intrínseca de qualquer processo de desenvolvimento. O Governo da RAEM irá dedicar o seu melhor para prestar um apoio mais eficaz às pequenas e médias empresas. Queremos motivar essas empresas a empenhar-se na auto-valorização, ajustando-se às transformações sociais para, em conjunto com a sociedade, realizar o objectivo de desenvolvimento sustentável.

(4) Encontrar uma solução apropriada para a questão de recursos humanos

Face ao desenvolvimento acelerado da sociedade e da economia de Macau, o problema de recursos humanos tem assumido uma dimensão de grande relevância nestes últimos anos. Por um lado, embora as taxas de desemprego se mantenham baixas, a generalidade das empresas locais tem sido confrontada com a pressão imposta pela carência de mão-de-obra, em particular as pequenas e médias empresas. Por outro lado, o aumento de importação de mão-de-obra não-residente tem sido motivo de angústia dos trabalhadores locais, dando lugar a um clima de conflitualidade social. O Governo tem atribuído maior atenção a esta problemática resultante do processo de desenvolvimento. Os recém-criados serviços especializados vão reforçar as intervenções de apoio. As entidades com responsabilidade na análise da situação irão concluir, a breve trecho, um estudo preliminar sobre a política demográfica, com um conteúdo mais abrangente e profundo.

Face à desarticulação entre a oferta e a procura de mão-de-obra, a preocupação fundamental do Governo é garantir o direito dos cidadãos de Macau ao emprego. Por isso, só iremos autorizar a importação de mão-de-obra não-residente depois de esgotadas as oportunidades de recrutamento de recursos humanos locais.

Os investidores têm demonstrado grande confiança nas perspectivas de desenvolvimento de Macau. Neste contexto, é previsível que o número de trabalhadores não-residentes venha a aumentar. Por isso, o Governo e toda a sociedade têm a responsabilidade de garantir que os trabalhadores locais

tenham acesso às oportunidades de emprego e promoção, protegendo os seus direitos legítimos e aliviando as preocupações sentidas pela classe laboral, a bem da construção de uma sociedade harmoniosa. Os trabalhos de aperfeiçoamento da legislação laboral estão a prosseguir com normalidade. Esta legislação destina-se a proteger juridicamente as oportunidades de emprego e os direitos dos trabalhadores locais. O Governo irá esforçar-se para conquistar o apoio da população no sentido de dotar as entidades responsáveis com competências necessárias para assegurar o cumprimento eficaz das normas reguladoras no âmbito do combate à mão-de-obra ilícita e à contratação de trabalhadores para o exercício de funções não autorizadas. Todos os trabalhadores merecem o reconhecimento da sociedade pelos contributos que têm dado. Iremos investir mais esforços na prestação de serviço de colocação profissional e apoio na procura de emprego e aperfeiçoar o regime de segurança social para aliviar as preocupações dos trabalhadores locais. A autoconfiança está intimamente relacionada com as capacidades profissionais, razão pela qual, o Governo irá introduzir conceitos inovadores nas acções de formação profissional, encorajando os trabalhadores a participar nas acções de certificação de qualificação vocacional e profissional e a elevar a sua capacidade profissional e competitividade. Cremos, assim, que eles ganharão as aptidões necessárias para poder desfrutar os benefícios do progresso social.

Devemos ser suficientemente realistas para aceitar que a mobilidade de trabalhadores qualificados é um fenómeno intrínseco do processo de globalização. A protecção dos direitos dos trabalhadores locais deve ser assegurada em simultâneo com uma política de importação controlada e apropriada de trabalhadores não-residentes, especialmente aqueles habilitados com qualificações especializadas, para fazer face às exigências do desenvolvimento actual de Macau. Esta política é favorável à motivação de auto-qualificação da população local. O Governo irá continuar a apoiar as empresas locais, especialmente as pequenas e médias empresas, para a importação de trabalhadores não-residentes, dentro da razoabilidade, com o intuito de suprir a carência ou insuficiência de recursos humanos locais. O Governo irá empenhar-se na regulamentação e consolidação do mecanismo de apreciação de processos e fiscalização no âmbito da importação de

trabalhadores não-residentes, elevando a eficiência das acções para fazer face às exigências do desenvolvimento económico.

2. Empenho total na melhoria da vida da população e partilha justa dos frutos do desenvolvimento

A meta final do desenvolvimento económico consiste fundamentalmente na melhoria da vida da população. Neste pressuposto, é obvio que os resultados colectivamente alcançados pelas gentes de Macau devem beneficiar toda a sua população. Ao longo do ano, dado os efeitos de múltiplos factores objectivos e subjectivos, as receitas financeiras da RAEM mantiveram-se globalmente num nível bastante satisfatório. Portanto, acreditamos que estamos dotados de melhores condições para lidar com problemáticas mais complexas ligadas à vida da população, permitindo que todos os cidadãos partilhem eficaz e continuamente os frutos da prosperidade, elevando gradualmente a qualidade da vida.

(1) Encontrar rapidamente soluções para atenuar os problemas resultantes da procura de habitação

Uma habitação em condições condignas e o bem-estar são aspirações de todos os cidadãos, assim como uma das prioridades governativas para a edificação de uma sociedade harmoniosa. Tal como podemos verificar, a contínua visão optimista dos investidores em relação a Macau fez com que o mercado imobiliário vivesse um momento muito diferente do período logo após a Reunificação. Esta situação resultou numa grande pressão à maioria da população em termos de satisfação das suas necessidades de habitação. O Governo está atento à evolução deste cenário e tem criado medidas para atenuar a pressão. Temos consciência que o sector imobiliário, hoje, está subdividido em segmentos distintos. Por um lado, temos um mercado destinado àqueles que procuram uma habitação e por outro, temos outro segmento composto por investidores. O Governo tem feito esforços para aperfeiçoar o ordenamento jurídico regulador do mercado de investimento imobiliário, assegurando a correcção das informações prestadas, a justiça e a disciplina. O

Governo esforçou-se também para definir melhores políticas de habitação pública, resolvendo prioritariamente os problemas habitacionais dos residentes com dificuldades. O Governo está determinado em reformular o modelo de construção de habitações públicas vigente, procurando reverter o poder de domínio ao Governo com vista a que seja ele próprio a construir fogos suficientes para responder atempadamente às necessidades suscitadas. Os trabalhos de aperfeiçoamento da legislação serão conduzidos com continuidade a fim de garantir que as habitações públicas sirvam os propósitos para os quais foram construídas, eliminando o aproveitamento ilícito das habitações económicas para fins lucrativos.

Tempos atrás, o Governo tinha assumido a promessa de construir até finais de 2009, mais de sete mil habitações públicas, pelo que, envidaremos os nossos maiores esforços para concretizar este objectivo. Partindo da mesma base, disponibilizaremos condições para que até finais de 2012 concluirmos a construção faseada de dezanove mil habitações públicas, em resposta às expectativas dos cidadãos. Por outro lado, visando atenuar os problemas de habitação das pessoas, o Governo irá acelerar a construção de um conjunto de habitações para ser arrendado às pessoas que preencherem os requisitos, designadamente os jovens que tenham comprovadamente necessidade urgente de habitação por motivo de constituição de família, mas que ainda não têm uma habitação própria. Para o efeito, as pessoas habilitadas terão que sujeitar-se a um processo de sorteio.

(2) Reordenar de forma integrada o trânsito rodoviário

O número crescente de turistas e as oportunidades emergentes de desenvolvimento empresarial exigem que a sociedade tenha capacidade para criar condições para fazer face a esta nova conjuntura. A rede rodoviária existente na nossa cidade mostrou-se incapaz de suportar este cenário de saturação. Assim, o Governo, observando os princípios de desenvolvimento sustentável, atendendo aos interesses globais e de longo prazo e analisadas as opiniões dos cidadãos e especialistas, irá continuar a recorrer a soluções inovadoras para resolver esta problemática constante. Estamos convencidos que

o aperfeiçoamento da gestão irá contribuir para a resolução deste problema perturbador da vida da população e do progresso sustentável de Macau.

A entrada em vigor da Lei do Trânsito Rodoviário e a produção de diplomas regulamentares, bem como o desenvolvimento de acções complementares pelo Governo, irão proporcionar um enquadramento jurídico mais racional e favorável à gestão e intervenção no âmbito do trânsito. É do conhecimento comum que a institucionalização de regimes é o primeiro passo significativo nesta fase preliminar do processo. Para além do mecanismo de coordenação interdepartamental, no próximo ano, os assuntos deste âmbito serão da competência exclusiva da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Trânsito, entidade a ser criada brevemente.

Quanto à oferta de transportes, o Governo procederá a um maior investimento na melhoria da rede rodoviária, dos parques de estacionamento, bem como das demais infra-estruturas, para que, dispondo de um equipamento físico aperfeiçoado, possamos promover a estratégia de “prioridade ao transporte público”. Nesta política, o sistema de metro ligeiro sobre-elevado assume um papel central, sendo suportado pelos serviços de autocarro público e táxi e complementado pelo sistema automático de circulação pedonal, no sentido de formar uma rede integrada de transportes públicos eficiente. Para o efeito e antes de se concluírem as obras do sistema de metro ligeiro, o Governo irá empenhar-se na dinamização dos serviços de autocarro público e táxi.

Para além do aperfeiçoamento da oferta dos transportes, o Governo irá ainda reforçar a gestão das necessidades de transporte. Posto isto, associando o sistema de controlo de tráfego inteligente e assegurando uma melhor gestão dos meios de transporte para atenuar a sua utilização concentrada em períodos e espaços específicos, o Governo irá incentivar a população a utilizar, tanto quanto possível, o transporte público na sua deslocação. Por outro lado, o Governo irá dar início aos estudos de condicionamento adequado de veículos ligeiros particulares.

No que respeita à sensibilização e educação para o cumprimento das regras do trânsito, o Governo, aliado às organizações cívicas, irá realizar campanhas de divulgação para incentivar a sociedade a contribuir para a segurança rodoviária, pois que a melhoria desta problemática depende da colaboração e apoio dos cidadãos.

(3) Impulsionar o planeamento urbano e o reordenamento dos bairros antigos

No intuito de transformar Macau numa região com desenvolvimento sustentável em condições para permitir a melhoria constante da qualidade de vida dos cidadãos, o Governo está determinado em ultrapassar as limitações impostas pela reduzida dimensão da cidade e pelo impacto de factores exógenos. Para este objectivo, o Governo irá proceder a estudos para a definição de um planeamento urbano que leve em conta as realidades e o desenvolvimento a longo prazo de Macau.

Feitos os estudos preliminares em vertentes específicas e assimiladas as sugestões orientadoras dos serviços públicos competentes, o Governo irá no próximo ano concentrar esforços para proceder ao estudo aprofundado de um plano de desenvolvimento urbano, bem como do respectivo enquadramento jurídico. Neste estudo, iremos adoptar uma atitude aberta com o propósito de tirar proveito do contributo de todos os sectores sociais. Na sua concepção, iremos atender a preocupações de protecção da Natureza e às necessidades humanas, procurando realçar a singularidade desta cidade, bem como assegurando um desenvolvimento sustentável, assente no binómio desenvolvimento e conservação.

O reordenamento dos bairros antigos é um projecto que toca interesses essenciais da vida da população, com implicações profundas no futuro de Macau. Ao considerarmos as exigências em termos de cumprimento de prazos, não devemos menosprezar a importância da concretização do projecto por etapas. Devemos avaliar as experiências, estabelecer mecanismos jurídicos para equilibrar e concertar os interesses de todas as partes, designadamente para

dotar a camada mais vulnerável de garantias sólidas. O grupo interdepartamental responsável por esta temática está empenhado em proceder à elaboração do Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos e em lançar, no próximo ano, o respectivo projecto à consulta pública seguida de processo legislativo. Os trabalhos de reordenamento dos bairros antigos passarão para uma nova fase regulada por legislação e garantias legais. Os cidadãos sempre têm frisado que na execução da política de reconstrução dos bairros antigos, para além da eficiência das obras, há que garantir que tudo seja feito de acordo com a programação definida. O Governo atribui muita importância a esta opinião. A partir do próximo ano, o Governo, para além da execução das acções já programadas, irá escolher algumas zonas para serem alvos de obras de embelezamento e requalificação. Esta medida visa melhorar as condições de habitabilidade dos moradores, proporcionando-lhes um ambiente mais saudável e acolhedor e um espaço de animação comercial mais atraente.

(4) Garantir a qualidade de vida e inovar o sistema de segurança social

Apesar de a taxa de emprego ter sido melhorado, os residentes, sobretudo as classes mais vulneráveis, sentiram-se atingidos pela inflação. Perante este cenário preocupante, o Governo tem-se empenhado na concepção de medidas de auxílio. Na sequência das medidas recentes de apoio especial destinadas às famílias necessitadas, o Governo decidiu aumentar a ajuda aos grupos sociais fragilizados, elevando em 20 por cento os indicadores de subsistência. Este ajustamento entrará em vigor a partir de 1 de Janeiro próximo. Iremos também actualizar os valores da pensão da velhice e do subsídio para os idosos. Iremos aprofundar e alargar a cooperação com as associações de cariz assistencial, com vista a incrementar o apoio às três categorias de famílias carenciadas, nomeadamente as famílias monoparentais. Tudo isto é feito para assegurar uma ajuda atempada aos nossos cidadãos mais necessitados.

O Governo irá congrega a sinergia de diferentes forças sociais, integrar os recursos da sociedade civil e otimizar os serviços prestados e a distribuição de meios, com vista a responder eficazmente às necessidades dos utentes. Para além de acções destinadas a elevar a auto-estima e autoconfiança, reforçando a capacidade de resolução de problemas, o Governo irá dedicar-se à promoção da harmonia familiar associada à construção de um ambiente harmonioso na sociedade. Através dos serviços de apoio social e familiar, iremos incentivar os idosos a manterem-se física e espiritualmente saudáveis. Iremos apoiar as mulheres no sentido de melhorar as suas condições de vida para que tenham oportunidade de participar na construção da RAEM. Iremos também ajudar os jovens a ultrapassar as dificuldades e os obstáculos surgidos no percurso do seu crescimento e auxiliar os deficientes a desenvolver as suas potencialidades e a gozar uma vida de forma optimista, bem como acompanhá-los na sua vida familiar.

No que toca aos residentes que têm contribuído para a construção da RAEM e que hoje não estão no activo, o Governo e a sociedade em geral devem respeitar a sua dignidade e assegurar-lhes um apoio solidário, através de programas viáveis e operacionais, para que possam gozar uma aposentação sem preocupações, com oportunidades de participação em actividades sociais. Para isso, o Governo decidiu rever, reformular e otimizar, de raiz, o regime do Fundo de Segurança Social. Iremos investir mais meios no Fundo a fim de garantir que a solidariedade e entreaajuda sejam suportados por um regime abrangente de protecção social que leve em conta as especificidades locais e o nível do nosso crescimento económico. Queremos criar um regime de protecção social aperfeiçoado, com uma base de sustentação sólida.

Assim, para que todos os cidadãos partilhem razoável e continuamente os frutos da prosperidade e os residentes aposentados possam usufruir uma boa qualidade de vida, o Governo, a par do melhoramento do regime do Fundo de Segurança Social, decidiu adoptar um conceito inovador – o regime de previdência central não obrigatório. Este regime prevê que, numa primeira fase, o Governo afecte do saldo financeiro verbas para servir de capital inicial na criação de um Fundo de Previdência Central Não Obrigatório. A continuação

de afectação de meios financeiros pelo Governo a este projecto dependerá do desempenho das receitas públicas. Os residentes que preencherem os requisitos vão poder abrir a sua conta individual neste Fundo de Previdência que contará com uma contribuição do Governo. Assim, quando deixarem de trabalhar, receberão a quantia acumulada nesta conta. Pretendemos com esta medida estabelecer um sistema de dupla protecção social consubstanciado pelo Fundo de Segurança Social e pelo Regime de Previdência Central Não Obrigatório, com o intuito de garantir que os residentes, uma vez aposentados, possam partilhar os frutos do desenvolvimento da sociedade, vivendo condignamente. Este projecto já foi divulgado à população, encontrando-se agora em fase de consulta alargada. Todos os cidadãos são chamados a dar o seu contributo, manifestando a sua opinião, para garantir que o regime aprovado vá ao encontro das necessidades da população.

A formação de quadros qualificados num curto espaço de tempo e o aperfeiçoamento da qualidade dos serviços sociais como aspirações comuns da população, são sinais do seu desejo de alcançar o progresso social. Essas aspirações, porém, só serão realizáveis com o contributo permanente de indivíduos com talento e profissionalismo, especialmente os agentes essenciais em qualquer sociedade – os professores, os assistentes sociais, os médicos e os enfermeiros, entre outros. No entanto, sabemos bem que, devido à rapidez e à complexidade das mutações sociais, aos professores e demais trabalhadores da linha de frente são solicitados serviços de qualidade cada vez mais exigente, o que resulta numa grande pressão para os mesmos. Para que estas áreas profissionais possam reter o seu pessoal qualificado e competente, contribuindo para garantir um ensino de alta qualidade à geração vindoura e para a prestação de serviços úteis à população, o Governo irá procurar dignificar o seu estatuto e consideração profissional na sociedade através de várias medidas, designadamente, a aprovação do regime regulador desses profissionais e o aumento dos valores de apoio e subsídios regulares atribuídos aos serviços sociais, a fim de incentivar esses agentes a manterem-se nos seus postos e a auto-valorizarem-se para prestar um serviço mais qualificado à população.

Senhora Presidente e Senhores Deputados,

Para que toda a população possa ser beneficiária dos frutos do desenvolvimento, o Governo decidiu que irá aplicar no próximo ano, um conjunto de medidas de isenção e redução fiscais de curta duração, sem prejuízo da concretização continuada das acções de elevação da qualidade de vida e reforço de garantias.

Estas medidas consistem em: dar continuidade à redução em 25% do imposto profissional a toda a população activa; isenção do pagamento da contribuição industrial, da taxa de licença de exploração dos vendilhões, da renda das bancas dos mercados, do imposto do selo sobre os seguros, incluindo o seguro de vida, e do imposto do selo sobre os trâmites bancários; dar continuidade à isenção da taxa da licença de reclamos e tabuletas das unidades comerciais e do imposto de turismo dos restaurantes.

O Governo decidiu também aplicar medidas de redução e isenção fiscais a áreas não contempladas no passado, a saber: isenção do pagamento da contribuição predial às habitações não destinadas ao arrendamento. As habitações destinadas a arrendamento serão beneficiadas com uma redução de 50 %; a matéria colectável anual do imposto complementar sobre rendimentos a beneficiar de isenção passa de trinta e duas mil (32 000) patacas para duzentas mil (200 000) patacas; o limite de isenção do imposto profissional passa de noventa e cinco mil (95 000) patacas para cento e vinte mil (120 000) patacas; os residentes permanentes de Macau que não possuem imóveis (incluindo imóveis para fins comerciais, industriais e habitacionais) quando comprarem um imóvel, ficarão isentos do pagamento do imposto do selo sobre a transmissão da propriedade até 3 milhões do valor do imóvel (só aplicável às habitações e lugares de estacionamento). Para além destas medidas, iremos, também, reduzir e isentar o pagamento de algumas taxas sobre as licenças de serviços radioeléctricos. Com a aplicação destas medidas, o Governo deixará de receber receitas fiscais num valor superior a 1,1 mil milhões.

3. Promoção do espírito humanista e aperfeiçoamento das iniciativas culturais

No domínio do ensino não superior, iremos adoptar medidas legislativas para promover o aperfeiçoamento do enquadramento profissional. Iremos também optimizar o funcionamento dos organismos consultivos com vista a que tenham melhores condições para colaborar na definição das políticas educativas. O Fundo de Desenvolvimento Escolar irá atribuir mais verbas para financiar obras de beneficiação do parque escolar. Iremos cumprir o plano delineado para elevar a qualidade do material didáctico e promover a reforma curricular. Iremos apoiar em todas as vertentes a satisfação das necessidades sentidas pela população estudantil, de acordo com as realidades de Macau. Procuraremos desenvolver, em simultâneo, a escolaridade gratuita de quinze anos e o ensino com qualidade. Além da formação de alunos de qualidade, iremos proporcionar-lhes, de maneira abrangente, oportunidades para cultivarem e libertarem as suas potencialidades de aprendizagem, fazendo com que, no futuro vindouro, possam obter êxitos profissionais e sucessos noutros domínios. Iremos aperfeiçoar o programa de incentivo de excelência pedagógica por forma a elevar a eficácia da gestão das escolas. Iremos também continuar a organizar acções de formação de professores titulares e criar condições no enquadramento que venham a permitir aliviar os encargos de vida e pressão que os professores sentem, abrindo-lhes espaço para fazerem o seu melhor para preparar as gerações vindouras para os desafios do futuro. Queremos que a sua imagem seja dignificada aos olhos da sociedade.

Para elevar substancialmente a qualidade do ensino básico de Macau, iremos dedicar todas as nossas energias para a concretização do projecto de redução de alunos por turma. Esta será a base fundamental para as futuras acções de optimização das instalações físicas das escolas, das condições de ensino, do currículo e da preparação dos alunos e professores. As pequenas turmas ainda podem servir para reduzir o desnivelamento dos alunos numa mesma turma, na medida em que os alunos com dificuldades na aprendizagem poderão receber maior apoio. Para além das políticas governamentais de segurança e assistência sociais, a população estudantil vai poder beneficiar de melhores condições de acesso escolar.

No domínio do ensino superior, o núcleo da nossa acção está centrado na formação de indivíduos altamente qualificados, dotados de sólidos conhecimentos e ideias inovadoras. Com o aperfeiçoamento contínuo das instituições e da sua gestão, iremos convidar professores de renome para transmitir os seus saberes aos estudantes, para que estes possam ganhar bases sólidas em conhecimentos, teorias, forma de expressão e raciocínio lógico. Queremos que eles adquiram capacidades de aprendizagem, criatividade e aptidões para absorver e aplicar livremente os ensinamentos e de apresentar opiniões sustentadas por um pensamento independente. Em relação às ciências humanísticas que foram ignoradas no passado e cujo valor é inestimável, no respeito pela autonomia dos estabelecimentos de ensino, iremos incentivar a criação de outras variantes académicas, nomeadamente em História, Política, Filosofia e Religião, estimulando a investigação científica. O aprofundamento da reforma do ensino superior e o incremento do intercâmbio entre as instituições de ensino locais e do exterior irão aproximar Macau das novas tendências de desenvolvimento do ensino universitário no plano internacional. No passado, as bolsas de mérito e as bolsas de empréstimo concedidas para o acesso ao ensino universitário tinham como destinatários os estudantes de famílias com baixos rendimentos e estudantes excelentes. No intuito de melhor formar quadros qualificados para a RAEM, motivando os jovens estudantes, incluindo os da classe média, a conquistar a excelência na aquisição de conhecimentos e a serem independentes, o Governo decidiu criar o regime de bolsa de empréstimo sem referência ao nível de rendimento da família. O Governo irá, neste contexto, proceder à revisão global do actual regime de atribuição de bolsas de mérito e de empréstimo, no sentido de estudar a viabilidade do aumento do número de bolsas.

O sector do jogo tem obrigado a sociedade de Macau a pagar uma factura elevada pelo sacrifício dos valores éticos. Iremos retirar ensinamentos à sabedoria oriental e ocidental e recorrer aos valores éticos de dimensão universal testados pelo tempo das grandes religiões para fortificar a educação moral, designadamente para promover a formação de professores da área de moral e ética. Estamos dispostos a contar com professores de prestígio do exterior para colaborar na definição de uma política de educação moral em

Macau. Iremos continuar a apoiar a realização de actividades benéficas para a saúde ética, emocional e intelectual da juventude. Nos bairros comunitários, iremos conjugar as acções de prevenção e tratamento do fenómeno do jogo compulsivo e reforçar a colaboração das instituições públicas com a sociedade civil para a resolução desta problemática. Iremos definir medidas para proteger a privacidade daqueles que procuram apoio nesta área.

O Governo está empenhado em proteger o património histórico e cultural de Macau. A nossa postura neste domínio é clara e firme e é por isso que temos investido avultados meios para a conservação deste tesouro. No futuro, iremos atribuir cada vez mais recursos para o aperfeiçoamento das políticas. Nunca iremos reduzir os investimentos destinados à conservação do nosso património cultural. Queremos aqui agradecer a participação por iniciativa própria da população nas acções de protecção do Património Mundial de Macau. Nenhuma actuação nossa, nenhum planeamento nosso deve trazer impacto negativo à conservação e protecção do Património Mundial. Em relação aos monumentos com grande valor histórico que ainda não integram a lista do Património Mundial, temos também a obrigação de prestar-lhes maior atenção. A nossa ideia é, com base na protecção do Património Mundial, atingir a preservação global do património cultural que abrange elementos de natureza material e espiritual, tangível e intangível.

A par do aperfeiçoamento contínuo da organização de grandes eventos culturais de projecção internacional, devemos empenharmo-nos na criação de melhores condições para o florescimento da cultura e das artes locais. Devemos dar prioridade aos projectos com potencialidades de desenvolvimento. Os agentes da cultura e das artes devem ser colocados numa posição nuclear na elaboração da estratégia de desenvolvimento das artes, com a criação de mais plataformas de diálogo e o reforço do seu papel na definição de políticas culturais públicas. O Governo irá continuar a oferecer instalações físicas e facilidades de diferente natureza para que esses agentes possam fazer valer as suas competências e brilhar na vida cultural e artística com as suas obras. A nível da Administração, iremos intensificar a cooperação interdepartamental, a divisão racional de tarefas e o funcionamento autónomo das instituições, de

modo que, para além da generalização da cultura, possam ser lançadas as sementes para uma especialização que propicie a gestação e a produção de obras de grande valor.

A leitura é um meio estratégico essencial para elevar a qualificação das pessoas. Os dirigentes da Administração devem aumentar o seu interesse pela leitura, por forma a extrair dela inspirações que possam contribuir para o trabalho. Iremos aperfeiçoar o funcionamento das bibliotecas e os serviços aí prestados. Os trabalhos de preparação e criação da nova Biblioteca Central serão realizados de forma rigorosa e em cumprimento do plano definido. Iremos continuar a promover a leitura, incentivando as acções de troca de bons livros para que o prazer de leitura seja partilhado por mais pessoas.

Nesta cidade integrada num processo de regionalização e internacionalização acelerado, é natural que surjam cada vez mais riscos que ameacem a saúde dos cidadãos. Iremos aumentar em grande escala a capacidade de prevenção de doenças, conjugando de forma estreita os sistemas interno e externo, reforçando a capacidade de prestação dos serviços médicos, especialmente, a capacidade de prevenção, controlo e tratamento de incidentes imprevistos e a sua rápida propagação. Em relação às doenças de alto risco, iremos empenhar-nos na sua prevenção e controlo. Para proteger a saúde pública, iremos reduzir tanto quanto possível os riscos de contracção de doenças. Em paralelo ao desenvolvimento das actividades desportivas específicas, iremos promover activamente o conceito de desporto para todos em diferentes níveis e modalidades adaptadas às necessidades de todos os estratos sociais e em condições de serem praticadas ao longo da vida. A promoção de modelos de vida saudável junto dos cidadãos e a sensibilização da importância da higiene e da saúde junto das crianças para que adquiram, desde a tenra idade, hábitos de higiene são tarefas que iremos continuar a executar. Entendemos que a promoção do espírito de entre-ajuda na nossa sociedade provoca uma sensação de satisfação favorável à saúde.

No domínio de acção social, continuaremos a aperfeiçoar os serviços regulares, ajudando as camadas vulneráveis a ultrapassarem a pressão de vida resultante da inflação. Iremos incrementar os serviços de apoio familiar e

comunitário, para que pessoas de diferentes camadas sociais possam receber o auxílio que necessitam para enfrentar os problemas. Tendo em consideração as características especiais do desenvolvimento socioeconómico local, para além do constante aperfeiçoamento dos serviços regulares, iremos necessariamente reforçar a intervenção em duas problemáticas que, embora autónomas, estão intimamente relacionadas entre si: uma diz respeito ao jogo compulsivo e outra à erosão de valores por uma parte da juventude. Temos que divulgar valores correctos e adoptar medidas concretas e eficazes para combater este fenómeno negativo e inevitável resultante da prosperidade de uma cidade moderna. Só assim é que poderemos conter o desvio comportamental dos nossos cidadãos.

4. Concretização das promessas assumidas nas linhas de acção governativa e elevação da qualidade da governação

No próximo ano, o Governo irá dedicar maior atenção ao reforço da sua capacidade de governação, procurando concretizar as suas promessas e melhorar a qualidade das suas acções e políticas com a apresentação de resultados visíveis. Iremos acelerar o processo da reforma, em cumprimento do que ficou definido no Programa da Reforma da Administração Pública para os anos de 2007 a 2009. Como primeiro passo deste processo, iremos estabelecer um mecanismo de coordenação central de nível superior incumbido de aperfeiçoar os mecanismos de articulação, efectuar consultas e avaliar as políticas em todas as suas vertentes. Iremos reforçar o mecanismo de combate ao fenómeno de corrupção no âmbito dos sistemas de gestão administrativa e financeira, fiscalizando com rigor a aplicação dos recursos públicos e o funcionamento do mercado. O nosso objectivo é construir uma Administração íntegra e vinculada a exigentes padrões éticos. Através da revisão e aplicação dos diplomas reguladores em matéria de responsabilização e disciplina, iremos instituir um regime exigente de responsabilização aplicável aos dirigentes e chefias, que os vincule a deveres legalmente definidos que não se esgotem apenas na exigência de bom senso. O novo regime preverá também sanções ao seu incumprimento. Iremos estender a aplicação deste regime aos titulares de cargos que hajam cessado funções, para garantir que continuem a cumprir as suas obrigações legais em benefício dos interesses públicos durante um certo

período de tempo após a sua desligação da Administração. Queremos que a nossa Administração Pública tenha capacidade para assumir responsabilidade pelos seus actos, em prol dos interesses da população.

O Governo concluiu basicamente os trabalhos no âmbito da revisão das carreiras do regime geral e do regime especial da Função Pública, incluindo as carreiras das Forças de Segurança. Estes projectos serão apresentados à Assembleia Legislativa muito em breve, para efeitos de apreciação. A revisão desses regimes, o aperfeiçoamento de mecanismos de comunicação com o pessoal e a optimização do sistema central de gestão de pessoal são medidas que concebemos para garantir que todos os trabalhadores dos serviços públicos sejam tratados com igualdade e justiça. O novo enquadramento jurídico terá o mérito de assegurar que estes objectivos sejam plenamente realizados, contribuindo para melhorar as condições quotidianas de trabalho dentro da Administração Pública. Neste contexto, as medidas referidas visam proporcionar oportunidades aos trabalhadores para desenvolver melhor as suas capacidades profissionais e elevar a qualidade da sua prestação. Desta forma, eles ganharão oportunidades de acesso e o mérito do seu trabalho será avaliado e apreciado num ambiente harmonioso em que todos, superiores e subordinados, trabalham para uma causa comum e para a construção de um futuro melhor. Após feita a análise da conjuntura actual, o Governo decidiu actualizar o factor multiplicador do índice remuneratório dos funcionários de 55 para 59 a partir do próximo ano. Esta proposta será apresentada no próximo ano à Assembleia Legislativa para efeitos de apreciação. O Governo irá também, no próximo ano, apresentar propostas para o aumento dos subsídios atribuídos aos funcionários. O Governo irá também intensificar a coordenação central das acções de formação dos trabalhadores dos serviços públicos e recrutar um corpo docente de qualidade. Continuaremos a organizar acções de formação destinadas a responder às necessidades internas e externas resultantes da acção governativa. Estas acções terão um conteúdo inovador e ideias favoráveis ao processo de reforma. Queremos habilitar os nossos trabalhadores com capacidades para prestar um serviço eficiente, segundo padrões modernos. Todas estas acções visam responder às exigências de uma sociedade em processo acelerado de transformação.

Para o próximo ano, continuaremos a adoptar medidas administrativas modernas e aprofundar o desenvolvimento da rede de serviços junto dos bairros comunitários, através do estabelecimento de um mecanismo de colaboração. Os “Centros de Prestação de Serviços ao Público” irão alargar o âmbito de prestação de serviços e aprofundar o impacto da sua acção através de uma maior cooperação e concertação entre diferentes organismos públicos. Iremos tomar a iniciativa de oferecer serviços, no sentido de assegurar que os serviços prestados correspondam melhor às necessidades dos cidadãos. Iremos continuar a aperfeiçoar a prestação dos serviços regulares, mas também estamos empenhados a elevar a qualidade da prestação de serviços em circunstâncias excepcionais.

Para uma maior eficácia nas acções governativas e uma rectificação atempada dos erros que possam ser cometidos no processo de execução das nossas acções, quero reiterar o seguinte: estaremos sempre disponíveis para ouvir as solicitações que os cidadãos façam chegar ao Governo através de diferentes canais. Caso se trate de uma solicitação justa, razoável e viável, procuraremos dar prioridade à resolução eficaz do problema. Mesmo que se trate de solicitações que resultem de um mal entendido ou que não reúnam condições para serem imediatamente atendidas, continuaremos a respeitar as preocupações das pessoas, expressar confiança nos seus juízos, esclarecer as suas dúvidas com boa vontade e paciência e esforçar-se para obter a sua compreensão. No entanto, devo afirmar o seguinte: qualquer solicitação que seja, ela tem de passar pelo crivo da legalidade. A abordagem correcta e científica para a resolução de problemas será sempre fundamentada em aspectos factuais da questão. O tratamento de questões relacionadas com valores deve ser sujeito ao princípio fundamental de bom senso e razoabilidade, para que a solução encontrada seja racional e atenda aos interesses globais.

Continuaremos a aperfeiçoar e impulsionar a reforma do sistema jurídico da RAEM. Sempre no respeito pelo princípio da legalidade, iremos integrar de forma orgânica os meios e os objectivos do processo de reforma, para garantir que os valores essenciais da RAEM se reflectam no seu ordenamento jurídico e que a reforma administrativa seja desenvolvida dentro do Primado da Lei. Em

articulação com as reformas destinadas a promover uma Administração Pública íntegra, iremos envidar todos os esforços para proceder à revisão da legislação reguladora de intervenções no mercado e dos interesses comerciais, designadamente a aplicável às concessões públicas e à sua fiscalização, procurando eliminar áreas ambíguas propícias à prática de corrupção no exercício de funções públicas. Queremos consolidar os princípios de igualdade, justiça e publicidade em toda a sua extensão, transformando assim os diplomas legais num instrumento eficaz de defesa da justiça social e de elevação dos valores éticos da nossa Administração. No processo de impulsionamento da reforma jurídica, iremos atender sempre ao factor humano, porque o nosso objectivo é proporcionar condições no plano jurídico para que toda a população possa viver e trabalhar em paz, bem como proteger os direitos e interesses dos grupos sociais debilitados.

No processo de produção ou revisão dos diplomas legais, procuraremos aproximá-los mais dos padrões internacionais e, ao mesmo tempo, assegurar a sua adaptabilidade e exequibilidade face à realidade local. Assim, iremos aprofundar a auscultação da opinião pública, procurando inspirarmo-nos nas experiências de vida da população e aplicar a sua sabedoria nos trabalhos de produção legislativa. Deste modo, poderemos garantir que a reforma jurídica corresponda às necessidades da nossa sociedade e encerre uma visão estratégica e pragmática, virada para o futuro.

Para fazer face ao problema de carência urgente de pessoal na área da Justiça, o Governo irá impulsionar as acções de formação no sentido de preparar um maior número de quadros qualificados para esta área. Em complemento desta medida, iremos articular com os tribunais e a Associação dos Advogados de Macau e estabelecer, através da revisão da legislação respectiva, um mecanismo viável para recrutar juristas locais qualificados para o exercício de magistratura.

Iremos consolidar os regimes de intervenção no âmbito do combate à corrupção e da auditoria e aperfeiçoar os sistemas de gestão administrativa e financeira. Nas acções de combate à corrupção, iremos adoptar medidas

recomendadas pelas instituições internacionais e tomar iniciativas destinadas a eliminar factores propícios à gestação do fenómeno de corrupção resultantes de um processo acelerado de crescimento económico. Iremos reforçar a fiscalização e auditoria das entidades públicas ou procedimentos administrativos que sejam objectivamente incubadoras da prática de corrupção no exercício de funções públicas. No próximo ano, o Governo irá alargar as competências legais do Comissariado Contra a Corrupção através da aprovação de medidas legislativas e da consolidação dos regimes fundamentais desta entidade, com vista a estender a sua responsabilidade de fiscalização ao sector privado. Assim, o Governo e toda a sociedade poderão contribuir melhor para a promoção da integridade. Continuaremos a habilitar esta instituição com meios para cumprir a sua missão de combate da corrupção e irregularidades, por forma a que possa responder com prontidão, eficácia e rigor às exigências das acções a seu cargo. Iremos reforçar a investigação aos funcionários suspeitos da prática de corrupção ou outros crimes, independentemente do seu estatuto hierárquico e, logo que reunidas provas suficientes, entregá-los à Justiça. Iremos intensificar e alargar as acções de divulgação do valor de integridade para que este princípio se sedimente nas actividades quotidianas. Vamos empenharmo-nos conjuntamente com os cidadãos na construção de uma sociedade mais íntegra.

5. Promoção da participação popular e generalização do conceito de cidadania

Uma relação sincera de cooperação, de interacção e de complementaridade entre o Governo e a sociedade civil constitui um factor decisivo para a implementação com sucesso do princípio “um País, dois sistemas” em Macau. O desenvolvimento sustentável de Macau dependerá, em larga medida, de uma participação mais activa da população nos assuntos da RAEM. As grandes linhas de evolução social mostram-nos que os cidadãos estão preocupados em saber se as políticas públicas concebidas pelo Governo correspondem aos interesses colectivos. Eles querem conhecer mais para poderem participar e apresentar exigências mais elevadas. Neste contexto, o Governo irá continuar a alargar os canais de consulta pública, com vista a permitir que a população

participe democraticamente nos assuntos públicos. Depois de ponderada esta matéria ao longo deste ano, o Governo decidiu o seguinte: no âmbito do reforço das acções de consulta a nível global, iremos intensificar a articulação entre as acções de auscultação e recolha de opiniões desenvolvidas pelos órgãos centrais e as desenvolvidas pelos serviços distribuídos pelos bairros comunitários. O Governo irá criar “conselhos consultivos sobre os serviços comunitários” nas várias zonas da cidade, compostos, maioritariamente por personalidades da sociedade, contando também com a participação dos responsáveis dos Centros de Prestação de Serviços ao Público. Estes conselhos irão trabalhar em estreita colaboração com os Centros de Prestação, para garantir uma maior eficácia às acções de auscultação e proporcionar uma boa plataforma para os jovens enriquecerem os seus conhecimentos e experiências. A par da consolidação da estrutura consultiva, iremos solicitar às associações para exercerem o seu papel de intermediação, em complemento das acções de consulta directa. O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais será o organismo pioneiro na optimização do projecto “palestras comunitárias”, destinado a fomentar o diálogo directo entre a Administração e a população. Os dirigentes e chefias de diferentes organismos serão chamados a participar cada vez mais nesses encontros.

Em resposta às necessidades exigidas por uma maior participação democrática do público na definição das políticas, o Governo irá alargar a transparência da acção governativa. Iremos introduzir reformas para aperfeiçoar o sistema de divulgação de notícias da Administração. Iremos alargar a cobertura das informações públicas e tomar a iniciativa de clarificar as políticas públicas, chamando a atenção da população para os aspectos que lhe digam mais respeito, a fim de que seja esclarecida de forma plena e que esteja apta a discuti-las racionalmente. Iremos analisar com objectividade as opiniões recolhidas e dar resposta às sugestões, para motivar mais a participação dos cidadãos. Iremos alargar o debate dos assuntos públicos e acolher com espírito de abertura pontos de vista e ideias diferentes das diversas camadas sociais, incluindo os grupos que no passado foram descurados. Todos terão oportunidade para apresentar livremente as suas ideias. Esta interacção dinâmica permitirá a participação do público em todas as fases do processo de

definição das políticas do Governo, no sentido de conquistar uma adesão alargada da população a essas políticas. Todas as áreas de governação irão desenvolver estes trabalhos de consulta no âmbito da definição de políticas fundamentais, a fim de reunir os saberes das elites. Esta conjugação de esforços é fundamental para a construção de um futuro melhor para a RAEM. Continuaremos a ser firmes na defesa da liberdade de imprensa. Queremos que a comunicação social exerça de forma vigorosa a sua função fiscalizadora das actividades do Governo.

Estamos a viver hoje um processo de crescimento económico e desenvolvimento social complexo e sem precedentes. É obrigação do Governo reforçar as suas capacidades executivas a fim de assegurar a boa governação em prol dos interesses da RAEM. Temos consciência que a concretização, com êxito, da fórmula “um País, dois sistemas” exige uma participação e entrega total da sociedade civil. Uma sociedade com espírito de cidadania amadurecido e saudável terá mais capacidade para potenciar a coesão das pessoas e canalizar as energias para a construção de uma RAEM mais forte. Por isso, entendemos que a promoção da participação democrática e a conquista de um maior progresso social passam pela generalização do espírito de cidadania na sociedade de Macau. As primeiras experiências adquiridas na implementação do princípio “Macau governado pelas suas gentes” levaram a que os cidadãos ganhassem maior sensibilidade e interesse pela gestão dos assuntos públicos. Esta é uma condição favorável para a construção do conceito de cidadania na nossa sociedade.

Uma das características de uma sociedade civil com maturidade consiste no activismo das suas associações cívicas. Os valores mais caros desta sociedade são a racionalidade e a abertura, a diversificação e a tolerância, o apego a valores universais, o Primado da Lei, a participação democrática, a dignidade individual e a auto-valorização, a cooperação e a confiança, a fiscalização isenta e a assunção de responsabilidades. Macau, hoje, encontra-se num estágio correspondente ao dealbar de uma sociedade civil. Macau conta com uma longa tradição de prestação de serviços pelas associações e muitos valores universais encontram-se fortemente sedimentados na sua cultura social.

No entanto, é preciso reconhecer que esta pequena cidade está ainda a dar os primeiros passos de aproximação aos parâmetros da comunidade internacional. Temos consciência que há ainda uma distância que nos separa dos padrões de países e regiões mais avançados. O verdadeiro progresso da democracia exige que todos nós invistamos esforços para elevar as nossas qualidades, desenvolver e alargar a nossa visão, congregar os recursos da sociedade e alcançar o consenso colectivo, rumo à construção de uma sociedade civil com vocação internacional e singularidade própria.

No processo de construção de uma sociedade civil, o Governo da RAEM irá colocar-se na primeira linha de assunção de responsabilidade, razão pela qual, irá empenhar-se na obtenção de melhores resultados nas consultas, na promoção da transparência da acção governativa e no impulsionamento da participação popular. O Governo irá instruir os organismos sob a sua dependência para identificar as áreas de actuação que devem ser da sua responsabilidade e as áreas em que a intervenção das associações poderá produzir melhores efeitos, no âmbito de colaboração entre as duas partes. O Governo não poupará esforços para cumprir o seu dever em tudo o que caber na esfera da sua responsabilidade. Naquilo em que as associações possam ter uma acção mais útil, esperamos que elas, no cumprimento da sua missão, tomem a iniciativa. Em relação aos projectos que exigirem uma concertação entre o Governo e as associações, estamos disponíveis para estreitar as relações de cooperação. O Governo continuará a reforçar o seu apoio às associações e incentivá-las a elevar a suas qualificações e aperfeiçoar a sua prestação de serviços, em resposta às necessidades dos tempos modernos. O Governo, as associações e os cidadãos são parceiros irmanados pelo propósito comum de construção de uma sociedade civil em Macau.

Neste processo de construção da RAEM e partilha dos frutos do desenvolvimento, os cidadãos, as associações representativas de interesses sectoriais, os líderes de opinião e os organismos da Administração devem expressar as suas aspirações e pontos de vista com toda a liberdade, evitando que o silêncio seja interpretado de forma contrária aos seus interesses. Este confronto de ideias e conjugação de interesses é saudável para o crescimento da

RAEM. Todas as partes envolvidas devem ter uma visão estratégica e de longo prazo, sustentada pela legalidade e pela defesa dos interesses públicos, a fim de, através da concertação democrática, se chegar a soluções que a todos satisfaçam. Entendo que este processo contribui para a maturação da sociedade civil.

Os cidadãos são os agentes nucleares de qualquer sociedade civil. O grau de maturidade de qualquer sociedade civil depende directamente do nível de cidadania. É absolutamente fundamental que os nossos cidadãos saibam identificar-se com os interesses da Pátria e da RAEM e tenham uma consciência clara sobre os seus direitos e deveres, a construção da democracia e o Primado da Lei. O Governo da RAEM criará condições para promover activamente a educação cívica junto da população, especialmente junto da juventude, com vista a estabelecer uma base indispensável para o desenvolvimento saudável de uma sociedade civil. No próximo ano, o Governo da RAEM irá criar uma instituição especializada para implementar essas acções, de forma a que sejam estabelecidos mecanismos para assegurar a construção e o desenvolvimento da nossa sociedade civil.

CONCLUSÃO

Senhora Presidente e Senhores Deputados,

A Região Administrativa Especial de Macau, desde a sua génese, teve que enfrentar muitas lutas ao longo destes oito anos. Viveu situações de grande complexidade, mas a partir daí adquiriu experiências valiosas, reuniu saberes de grande utilidade e desbravou caminhos nunca antes trilhados. Hoje, a RAEM concluiu a primeira fase do processo de identificação da sua vocação e tem uma clara consciência do seu papel, fundamentada na avaliação da objectividade dos factos. Podemos também assistir a um aumento de participação da sociedade nos assuntos públicos. Associados a este percurso inolvidável de crescimento estão os valores de justiça, solidariedade e harmonia que constituem o espólio mais valioso que temos.

A essência do valor de justiça fundamenta-se no Primado da Lei. Nenhuma pessoa é marginalizada, todos têm o direito de serem tratados de forma justa e de acordo com as circunstâncias particulares da sua situação, sendo também segundo estes princípios, que cada um deve pautar as suas relações com os outros. A justiça é também abrir espaço para que os melhores e os mais fortes possam realizar as suas potencialidades, obtendo pelo mérito das suas acções uma compensação e reconhecimento acrescidos. Por isso, o significado da solidariedade consiste em mais e mais pessoas se esforçarem, lutarem e partilharem, mesmo havendo diferenças em circunstâncias, capacidades, meios e processos. Todos, em última análise, terão oportunidade para crescer fraternalmente e alcançar o sucesso. O valor da harmonia é indissociável do sentido de responsabilidade e da tolerância. A questão fulcral é saber velar pelos interesses dos outros, para além dos interesses pessoais. Aqueles que conseguirem realizar as suas metas mais depressa que os outros devem assumir uma maior quota de responsabilidade para, por iniciativa própria, estender-lhes a mão. Os que estão numa situação mais desfavorecida devem assumir responsabilidade pessoal pelos resultados e admitir o sucesso dos outros, procurando sempre progredir. Abraçando valores de justiça, solidariedade e harmonia e concretizando-os no quotidiano da nossa vida, podemos sentir orgulho em optar por um modo de vida mais humano, mais dedicado, mais personalizado, mais interessante e mais correcto. Deste modo, teremos a capacidade de reconhecer os êxitos alheios como vitórias pessoais e os fracassos de terceiros como falhas da nossa parte. Penso que é assim que saberemos valorizar correctamente tudo o que temos hoje.

O Governo compromete-se a estar ao lado da população para trabalhar e assumir as responsabilidades em conjunto. Os frutos resultantes do nosso labor conjunto, conquistados com tanto sacrifício, serão investidos no desenvolvimento sustentável da RAEM, em benefício desta e doutras gerações. Há que reconhecer que em qualquer processo de crescimento podem surgir, sem aviso prévio, desafios inesperados, especialmente numa economia de mercado como aquela que Macau tem. Sem desafios, não há progresso nem qualificação. Não podemos abandonar as oportunidades de crescimento só porque não estamos dispostos a pagar o preço para fazer face aos desafios,

porque as consequências desta atitude terão os seus efeitos no bem-estar das gerações vindouras. Estou plenamente convicto de que, desde que saibamos ancorar-nos no espírito e na letra da Lei Básica, desde que saibamos valorizar o apoio do Governo Central e os esforços da população, teremos toda a capacidade para superar as dificuldades resultantes dos desequilíbrios no processo de desenvolvimento da RAEM. Assim, no solo fértil da RAEM, os valores de justiça, solidariedade e harmonia irão desabrochar e florescer com grande brilho. Assim, teremos uma sociedade que sabe amparar os necessitados, que sabe utilizar a razão para libertar as forças criativas, rumo a um futuro promissor para todos. Este é o caminho correcto para evidenciar o sucesso dos princípios “um País, dois sistemas” e “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia.

Por último, quero deixar aqui expresso o meu sincero agradecimento à Assembleia Legislativa, aos trabalhadores dos serviços públicos e à população que no decurso deste ano têm prestado um grande apoio às acções do Governo da RAEM, bem como ao Governo Popular Central e seus organismos sediados em Macau que em todos os momentos têm dispensado um sólido apoio à RAEM e contribuído para o seu desenvolvimento.

Dou por terminada a minha intervenção. Os meus agradecimentos à Senhora Presidente e aos Senhores Deputados.